

A avaliação educacional Saese no contexto da alfabetização

Sammela Rejane de Jesus Andrade¹ 

Resumo

O objetivo do presente artigo é promover uma discussão a respeito da recente tendência de aplicação de avaliações educacionais locais, com ênfase no regime de colaboração, como uma alternativa complementar de geração de dados de desempenho estudantil aos já obtidos através de avaliações em larga escala. Para isso, adotamos a avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Saese, sistema de avaliação implementado no estado de Sergipe. Consideramos os principais documentos normatizadores, além de uma avaliação de âmbito nacional, a fim de observar a existência de consonância entre eles e, como isso, poder atuar nos resultados esperados quanto à eficiência das políticas educacionais, especialmente no contexto pós-pandemia, e suas possíveis implicações na análise de dados que são convertidos em medidas para o contexto da alfabetização.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Saese; Alfabetização

Abstract

The Saese educational assessment in the context of literacy

The purpose of this article is to promote a discussion about the recent trend of applying local educational assessments, especially in a collaborative way, as a complementary alternative for the generation of student performance data to those already obtained through large-scale assessments. For this, we adopted the assessment of the 2nd year of Elementary School from Saese, an assessment system implemented in the state of Sergipe. We considered the main normative documents, in addition to a national assessment, in order to observe the existence of consonance among them, and how this can imply on the expected results regarding the efficiency of educational policies, especially in the post-pandemic context, and their possible implications on the analysis of data that are converted into measures for the literacy context.

Keywords: Educational assessment; Saese; Literacy.

Resumen

La evaluación educativa Saese en el contexto de la alfabetización

El propósito de este artículo es promover una discusión sobre la tendencia reciente de aplicar evaluaciones educativas locales, en un sistema de colaboración, como una alternativa complementaria para la generación de datos de desempeño de los estudiantes a los que ya se obtienen mediante de evaluaciones a gran escala. Para eso, adoptamos la evaluación del 2º año de la Enseñanza del Saese, sistema de evaluación implementado en el estado de Sergipe. Adoptamos los principales legislación, además de un diagnóstico nacional, para ver la existencia de consonancia entre ellos, y cómo esto

¹ Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, SE, Brasil.

puede implicar los resultados esperados en cuanto a la eficiencia de las políticas educativas, especialmente en el contexto posterior a pandemia, y sus consecuencias posibles implicaciones en el análisis de datos que se convierten en medidas para el contexto de alfabetización.

Palabras clave: Evaluación educativa; Saese; Alfabetización.

Introdução

A respeito da alfabetização, as normativas educacionais do Brasil, a exemplo da Base Nacional Curricular Comum – BNCC (Ministério da Educação [MEC], 2018), determina que é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que uma criança seja alfabetizada. O novo ciclo de alfabetização imposto pela “Base” reduz em 1 ano o que havia sido proposto pelo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, 2014), que tem como a Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Essa falta de consonância entre as normativas tem sido alvo de discussão em diversas pesquisas educacionais recentes (Marchelli, 2021; Morais, 2020; Mortati, 2019, entre outros).

Em meio a essa realidade, o estado de Sergipe, seguindo uma tendência atual de política pública de avaliação local, que visa comparar e complementar dados já coletados a partir de avaliações em larga escala promovidas pelo Ministério da Educação, realizou a sua primeira edição de um exame censitário na rede pública de ensino em 2021, o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe – Saese (Fundação Cesgranrio, 2021).

Criado em 2019, o sistema de avaliação, à luz da BNCC, apresenta como objetivo promover três ciclos anuais de avaliação de desempenho de estudantes nos anos escolares já avaliadas em outros exames, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb (2º ano, 5º ano, 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio), entre 2021 e 2023, nas redes públicas municipais e estaduais de ensino nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Para fins do estudo aqui proposto, adotaremos a prova do Saese destinada aos alunos do 2º ano do ensino fundamental de Língua Portuguesa, a fim realizar uma pesquisa quali-quantitativa, que, conforme Knechtel (2014, p. 106), “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”. Para tal execução, nós propomos uma análise documental e de

dados sobre a alfabetização do estado no que concerne ao Saese, considerando também o contexto pós-pandêmico, tomando nota não só dos resultados divulgados a respeito do desempenho dos alunos, disponibilizados nos boletins pedagógicos, como dados de percepção dos professores, dos diretores e dos alunos, obtidos através do que foi divulgado na Revista Contextual, com enfoque de discussão entre as relações educacionais, a BNCC, o PNE e a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

A metodologia adotada parte da análise dos dados concernentes ao Saese. Estes encontram-se disponibilizados na página da Secretaria Estadual de Educação, por meio de devolutivas e relatórios, divididos em: Boletim do Gestor – voltado para explicações de como os dados foram coletados e tratados, este documento é destinada às equipes diretivas das escolas e às secretarias municipais de educação que tiveram estudantes que participantes da avaliação; Sumário Executivo – documento que apresenta o resumo dos dados de desempenho geral obtidos pelos alunos em língua portuguesa e matemática; Boletim Pedagógico por ano/série – destinado à apresentação mais detalhada dos dados de desempenho e análise de algumas questões, a partir da matriz de desempenho, e Revista Contextual –arquivo digital com um compilado dos dados no qual também constam os resultados de desempenho nas provas, porém com um enfoque nas informações obtidas através dos questionários respondidos pelos gestores das escolas, pelos professores de língua portuguesa e de matemática e pelos alunos. Esses questionários são compostos por respostas de perguntas voltadas para questões de: formação de gestores e professores, percepção sobre as dificuldades dos alunos, participação da família no processo de escolarização, impactos da pandemia, perfil socioeconômico dos estudantes, entre outros.

Para balizar a análise desses dados, adotamos as principais orientações normativas que são voltadas para políticas públicas educacionais, avaliação em larga escala, alfabetização e língua portuguesa, conforme consta a seguir.

Normativas sobre alfabetização

Com o propósito de fazer uma correlação entre o que é orientado pelas principais normativas do país e como elas reverberam nas políticas públicas educacionais, com ênfase nas avaliações, faremos um breve panorama daquelas que têm maior influência no tema aqui proposto, como programas, projetos e políticas públicas.

Iniciando pelo PNE, que se trata de uma lei em vigência desde 25 de junho de 2014, em atendimento à Constituição Federal (1988), documento que determina ao país a obrigação de planejar o futuro de seu ensino, com o objetivo de oferecer uma educação com mais qualidade para toda população brasileira. Nessa lógica, cabe aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal aprovar planos que compreendam as suas realidades, mas que sejam orientados ao PNE.

Composto por 20 metas que deveriam ser cumpridas até 2024, a mais relacionada à alfabetização é a Meta 05, voltada para determinar prazo para que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o 3º ano do ensino fundamental.

Longe de atingir a meta, o cenário que figurava no Brasil, segundo o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2019, era de um número de crianças de 6 a 7 anos que não sabiam ler e escrever de 1,429 milhão, equivalente a 25,1% das crianças dessa idade. Em 2021, durante a pandemia, o número subiu para 2,367 milhões, ou 40,8% das crianças, o que representa uma alta de 66,3% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021).

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (1996), a “base” deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em todo o território.

Apesar de que, publicamente, o que se defenda seja a ideia de que a construção da BNCC tenha se dado de forma colaborativa e pública por toda a sociedade, e assim tenha sido definido o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, como consta no *site* <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, na contramão dessa lógica, pesquisadores da área de educação denunciam o documento como constituído sem o debate adequado, o que, segundo *Morais (2020, p. 12)*, resultou em “problemas conceituais, com lacunas e evidentes inadequações”.

Mais especificamente sobre alfabetização, a PNA surge em 2019 para melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional no Brasil. Dos 14 artigos, que versam sobre os objetivos, disposições, dentre outros, destacamos o artigo 9º, destinado a discutir avaliação e monitoramento:

Art. 9º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização:

- I - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;
- II - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem;
- III - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;
- IV - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; e
- V - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política (Decreto nº 9.765, 2019).

Assim como ocorrido com a BNCC, a PNA tem sido alvo de estudos com o de Mortati (2019), que faz sérias críticas aos moldes como a política foi elaborada e as concepções de alfabetização contidas nela.

[...] a PNA visa à “intervenção máxima” na alfabetização, por meio da imposição autoritária de ações pautadas em princípios do ultraconservadorismo político conjugados com fundamentalismo científico-religioso, em aparente contradição com os princípios do “Estado mínimo” pautados pelo neoliberalismo ao qual se alinha (de modo subserviente mentalidade colonizada a países e organismos internacionais) a política econômica do atual governo federal, com objetivo de implementar agenda de privatização das empresas e serviços públicos, a fim de beneficiar interesses “do mercado”, ou seja, de grupos de empresários, rentistas, banqueiros, principais segmentos da população responsáveis pela eleição do atual Presidente (p. 44).

Sem maiores detalhes sobre como as avaliações devem ser parte efetiva na implementação de política eficiente, o documento-lei que institui a PNA apenas aponta que indicadores devem ser criados a partir do desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, pois são ferramentas importantes para orientar as escolas. Todavia, sem determinações específicas de como as provas devem ser elaboradas, nem orientar interpretação dos dados coletados, por exemplo, é muito provável que haja um subaproveitamento das informações e a sua conversão em ações pedagógicas ou de políticas públicas seja pouca efetiva.

Mesmo que de forma muito breve, é possível perceber uma quebra de continuidade e de diálogo entre os documentos normativos, como entre o PNE e a BNCC, que institui recortes temporais divergentes sobre período esperado de alfabetização. Isso seguido de uma política de alfabetização alvo de denúncias de imposição conceitual pouco democrática e participativa, o que contraria a LDB. Por fim, orientações vagas

sobre avaliações de desempenho que, pelo menos no papel, deveriam ser voltadas para melhoria de resultados vigentes.

Sob o viés da relevância das avaliações, partiremos para uma análise sobre a prova de desempenho em alfabetização no contexto local do estado de Sergipe, além de fazer algumas considerações sobre uma avaliação nacional – o Saeb.

O Sistema de Avaliação de Educação Básica de Sergipe

Até muito recentemente, todos os resultados de avaliações de desempenho de estudantes levantados no estado de Sergipe eram provenientes dos dados coletados pelas avaliações em larga escala nacional. Em 2019, o governo estadual criou o programa “Alfabetizar pra Valer - Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa”, que tem como finalidade principal implementar uma política de Estado que tenha como foco a alfabetização de todos os estudantes da rede pública matriculados nos dois primeiros anos do ensino fundamental. Como desmembramento do programa, foi criado, de modo simultâneo, o Saese.

Em regime de colaboração com os municípios, a proposta é realizar as provas para obter resultados para o cálculo do Índice de Desempenho Escolar em Sergipe (Idese), planejar intervenção pedagógica e promover formação continuada de professores e equipe diretiva (diretores e coordenadores), como o fito de combater fatores que interferem no processo de aprendizagem dos alunos de instituições de ensino públicas.

Compõem a avaliação provas de língua portuguesa e matemática, exceto para o 2º ano, que só tem a aplicação de língua portuguesa, destinadas aos estudantes, e questionários contextuais, destinados aos professores, aos diretores e aos alunos, cujo objetivo é coletar dados socioeconômicos e culturais e, assim, possibilitar correlações entre os números de desempenho estudantil e fatores externos. Infelizmente, os questionários não são destinados aos alunos do 2º ano, por essa razão, adotaremos os dados sobre o contexto pandêmico constantes no material respondido pelos professores, diretores e estudantes dos demais anos contemplados.

As provas e os questionários foram aplicados em outubro de 2021, em 1.040 escolas do estado, com uma estimativa de mais de 96 mil alunos atingidos, todavia, segundo os relatórios, decorrente da pandemia e das medidas de distanciamento, apenas

69% do material foi aplicado. No tocante ao 2º ano, dos 20 mil alunos estimados, 13.538 fizeram parte do processo.

É importante evidenciar que a avaliação sergipana figura em um contexto que tem se perpetuado em várias localidades do território nacional. Como visto no estudo de Dossena (2022), ao pesquisar a prova de fluência no estado do Paraná, a pesquisadora fez um levantamento dos estados da federação com sistemas de avaliação próprio, dando ênfase ao fato de alguns deles não elaboram as suas próprias provas, como é o caso do Paraná, Sergipe, Amapá, Espírito Santo e Pernambuco, os quais firmaram uma parceria por meio do Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc), criado por fundações, a exemplo da Fundação Lemann.

Tendo em vista que um dos principais fins de exames dessa natureza é avaliar um sistema educacional, considerando particularidades que as avaliações em larga escala, pelo caráter generalista de abrangência, talvez não consiga priorizar, como essas parcerias de regime de colaboração, pela influência de fundações, além da elaboração de avaliação feita por instituições externas, muitas vezes, sem a participação efetiva de profissionais da educação do próprio estado alvo da política de avaliação, podem tornar o processo menos eficiente e não atingir o seu propósito: conhecer a própria rede de ensino e, como consequência, conseguir planejar e elaborar políticas públicas que realmente promovam melhorias?

Seguindo essas premissas e considerando o ciclo de alfabetização, elegemos a prova Saese de Língua Portuguesa destinada ao 2º ano do ensino fundamental para fazer uma análise contextual do estado de Sergipe.

A avaliação Saese de língua portuguesa para alunos do 2º ano

A respeito da composição da prova do 2º ano, foram elaborados 80 itens, divididos em oito blocos de 10 itens, o que, por meio de técnica de balanceamento de itens, também adotado em avaliações como o Saeb, resultou em 21 modelos de cadernos com 20 itens cada. É relevante considerar que, devido ao método de elaboração dos cadernos e à pretensão de aplicação censitária das provas em três anos consecutivos, apenas algumas das questões aplicadas são disponibilizadas nos relatórios de domínio público.

Ainda segundo o material divulgado pela Secretaria Estadual de Educação de Sergipe (Seed), os itens foram elaborados e testados pela Cesgranrio, empresa

contratada para gerenciar o sistema de avaliação, cuja elaboração se deu a partir das orientações da BNCC. Esses itens são de elaboração própria para o exame e outros cedidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os resultados de desempenho foram calculados a partir de dois métodos de correção, a Teoria Clássica dos Testes (TCT) e a Teoria de Resposta ao Item (TRI)², considerando descritores e níveis de desempenho elaborados a partir da matriz de habilidades da BNCC, que considera duas práticas de linguagem: a leitura e a análise linguística.

As questões aplicadas visam enquadrar os estudantes em uma escala de proficiência em Língua Portuguesa do nível 0 ao nível 6, com médias menores que 775 para o nível mais baixo e igual ou maior a 900 para o nível mais alto. Ainda se considera que o aluno que atingiu o nível determinado da escala apresenta as habilidades dos níveis anteriores (Quadro).

Quadro – Escala de proficiência Saese.

Nível	Descrição
Nível 0 Desempenho menor do que 775	O Saese não utiliza itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 775 requerem atenção especial, pois não demonstram ter adquirido as habilidades de leitura.
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 775 e menor do que 800	Localizar informações explícitas em receitas culinárias cujo ingrediente está contido no título.
Nível 2 Desempenho maior ou igual a 800 e menor do que 825	- Localizar informações explícitas em avisos de alerta para prevenção de acidentes em receitas culinárias. - Ler e compreender notícias curtas para o 2º ano do ensino fundamental, com público infantil, instruções de jogos, cantigas de roda. - Ler e compreender textos literários em verso, identificando o personagem principal [...].

Continua

² São provenientes da psicometria, área que relaciona à Psicologia e a Estatística, cuja proposta está na elaboração de instrumentos de medidas para o conhecimento e o comportamento humano.

Continua

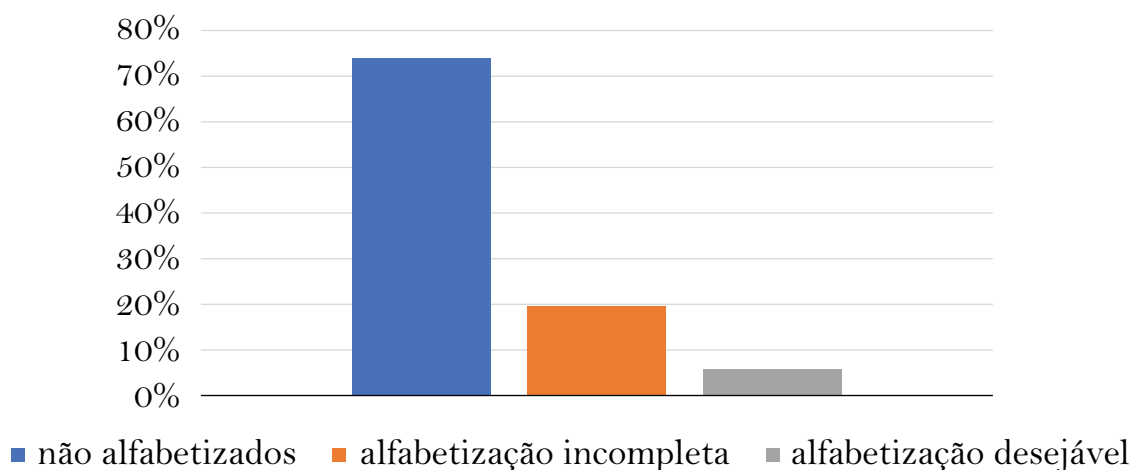
Nível	Descrição
Nível 3 Desempenho maior ou igual a 825 e menor do que 850	<ul style="list-style-type: none">- Construir o sentido de histórias em quadrinhos, relacionando imagens e interpretando os recursos gráficos, tais como tipos de balões ou de letras.- Ler e compreender com autonomia textos do gênero calendário.- Ler e compreender com autonomia letras de canções e poemas curtos [...].
Nível 4 Desempenho maior ou igual a 850 e menor do que 875	<ul style="list-style-type: none">- Localizar informações explícitas em experiência científica para crianças.- Reconhecer a ordenação das etapas em uma receita culinária.- Diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva.- Identificar adequadamente o ponto de interrogação e de exclamação nos gêneros conversa e tirinha [...].
Nível 5 Desempenho maior ou igual a 875 e menor do que 900	<ul style="list-style-type: none">- Interpretar imagens e recursos gráficos para construir o sentido de humor em tirinha.- Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais constituídas por consoante + vogal + consoante (CVC).- Identificar a função do ponto de exclamação e do ponto de interrogação nos gêneros campanha educativa e história em quadrinhos [...].
Nível 6 Desempenho maior ou igual a 900	<ul style="list-style-type: none">- Usar adequadamente o ponto final revelando conhecimento de sua função na frase.- Relacionar a imagem de um objeto com a sua grafia formada por sílaba constituída por dígrafo [...].

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Saese.

Os resultados divulgados em março de 2022 trouxeram à tona dados alarmantes sobre a situação da alfabetização dos estudantes no estado. A média de desempenho para os alunos do 2º ano ficou em 750, ou seja, menor do que a média estabelecida para o nível 0 da escala de proficiência. Os resultados mais detalhados apontam que 46% dos estudantes que fizeram a prova do Saese estão até o nível 1 da escala, sendo assim, não dominam habilidades essenciais de leitura, como localizar informações explícitas no título do texto, e só 2,3% deles estão nos dois últimos níveis da escala, 5 e 6, sendo considerados leitores proficientes, capazes de comparar imagens e relacionar imagem de objeto com sua grafia, por exemplo.

Para tornar os resultados ainda mais elucidativos, a escala de proficiência foi adaptada em três níveis de desempenho: não alfabetizados, alfabetizados incompletos e alfabetizados desejáveis (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Nível de desempenho em língua portuguesa de alunos do 2º ano em %.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados Saese.

Foram considerados alunos não alfabetizados aqueles que tiveram médias menores de 775 pontos, alfabetizados incompletos acima de 775 e igual ou menor que 850 pontos e alfabetizados desejáveis igual ou maior que 850 pontos. Ao adotar o gráfico, fica evidente a gravidade apresentada pelos dados coletados, já que mais de 70% dos estudantes foram considerados não alfabetizados no final do último ano do ciclo de alfabetização adotado pelos documentos orientadores da prova.

Diante desses dados e o curto período previsto para o ciclo de alfabetização, fica o indício de que é pouco provável que o que se pretende com o Pacto de Alfabetização firmado pelo governo seja alcançado. No entanto, para não limitar as considerações a apenas uma fonte de informação, vamos adotar também dados do Saeb, uma avaliação nacional que apresenta dados gerais e por estado.

Contextos da alfabetização: Saese e Saeb

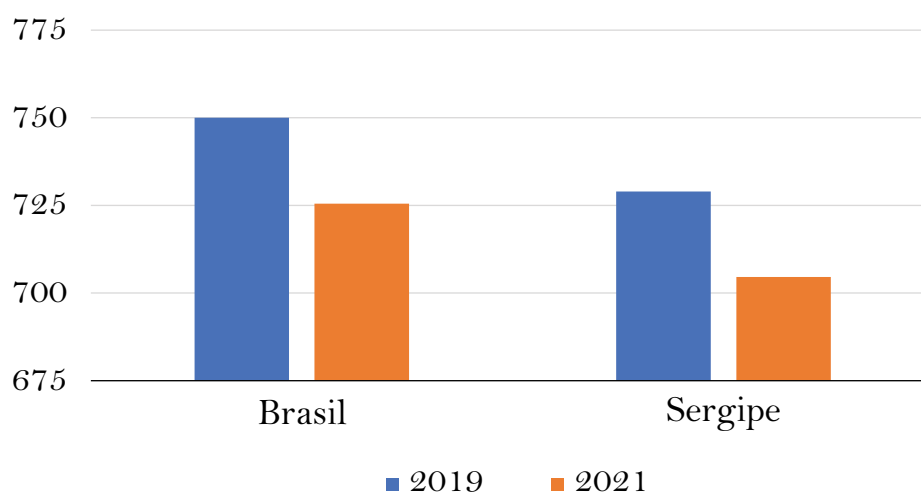
Como já mencionado, até os resultados divulgados em 2022, a evolução de desempenho de Sergipe só havia sido levantada a partir de dados das avaliações em larga escala nacional, a exemplo do Saeb. Uma vez que a proposta do sistema de avaliação em Sergipe seria atender à política de avaliação do programa de alfabetização na

idade certa do estado, as escalas de proficiência deveriam ser elaboradas, e foram para as provas do 2º ano, que não seguem a escala do Saeb. Entretanto, tal ação só ocorreu, pois, de acordo com os relatórios disponibilizados pela Seed, devido a não divulgação da escala Saeb em 2021 para este ano de escolaridade em específico. Tanto que, nos demais anos, 5º ano e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, as escalas do exame nacional são seguidas, sem elaboração própria por parte da organização do exame estadual. Sendo assim, surgem questionamentos sobre o que, de modo efetivo, muda em ter duas avaliações que seguem praticamente a mesma escala e documento para elaboração de itens e análise de resultados.

No que se refere ao único ano escolar com escalas diferentes, enquanto a proficiência do Saese é distribuída em sete níveis, do 0 ao 6, a do Saeb, na versão divulgada em 2019, tem nove níveis, do 0 ao 8, com médias de desempenho menor que 650 pontos a igual ou maior a 825 pontos, cujas descrições também consideram os descritores da BNCC para composição de questões (Gráfico 2).

Sendo objetivo da avaliação Saese comparar e complementar dados já coletados por outras avaliações, torna-se relevante considerar os dados Saeb do período pré e pós-pandêmico, com intuito não só de corroborar os dados preocupantes apontados pelos dados da avaliação estadual, mas comparar os dados do Brasil e a situação do estado de Sergipe perante o contexto nacional.

Gráfico 2 – Desempenho dos alunos do 2º ano no Saeb.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep (2020).

Fazendo um comparativo entre as duas últimas edições da avaliação nacional da educação básica, nota-se que o cenário da alfabetização no país já era preocupante em 2019, pois as médias do Brasil e do estado de Sergipe já estavam concentradas nos níveis mais intermediários da escala de proficiência, níveis 5 e 4, respectivamente. Nessa perspectiva, o cenário geral do país já não conseguia cumprir a meta de que todos os estudantes fossem para a série seguinte, o terceiro ano, alfabetizados. No ciclo de avaliação seguinte, a situação foi ainda mais agravada, com queda de 24,5 pontos no desempenho nacional e 23,3 pontos no desempenho estadual.

A queda nos resultados pode denunciar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para lidar com as demandas impostas pela realidade da pandemia, principalmente os das séries iniciais, que apresentam uma menor independência e autonomia, considerando as proposições de Vygotsky (1984):

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p. 97).

Além disso, alunos em situação de vulnerabilidade social, muitos das escolas públicas, também enfrentam a dificuldade de contato com mecanismos alternativos necessários, conforme evidencia Soares (2017, p. 26), “[...] à natureza complexa do processo de alfabetização, com suas facetas psicológica, psicolinguística, sociolinguística e linguística, é preciso acrescentar os fatores sociais, econômico, culturais e políticos que o condicionam”. No contexto das aulas remotas, a noção de fatores sociais é ampliada pela necessidade de contato com aparatos tecnológicos, como o celular, e o acesso à internet.

Ainda sobre a pandemia e para além dela

Os dados coletados a partir da aplicação do Saese possibilitaram a elaboração de materiais como a Revista Contextual, a qual também está disponível no site Seed, e apresenta, além dos resultados de desempenho, os dados dos questionários respondidos pelos alunos, professores e diretores. Mesmo que o público-alvo do presente estudo, alunos do 2º ano, não tenha respondido os questionários, consideraremos os dados dos demais estudantes, já que eles possibilitarão o cruzamento de algumas informações.

Entre as mais diversas perguntas que compõem os questionários contextuais, a respeito da formação acadêmica, experiência em docência e em gestão de diretores e professores, reprovação e atividades laborais para alunos, outras versam sobre o contexto da pandemia e as percepções do impacto no processo de aprendizagem, essas que serão aqui analisadas.

Mesmo antes de receber os resultados do Saese ou de outras avaliações sobre as consequências deixadas pela pandemia, 82,9% dos dirigentes tinham consciência dos impactos negativos e já planejavam implementar medidas de intervenção pedagógica. Entre as medidas pretendidas, a que foi apontada como prioritária, para 39,1% dos informantes, era a contratação de assistentes para reforço escolar.

A respeito dos dados ofertados a partir do questionário dos professores do 2º ano, para 87,1% deles, o mais incisivo foi a falta de acompanhamento familiar como impulsionador da baixa de desempenho durante a pandemia. Causa certa estranheza que apenas 31,0% dos docentes declarem que possíveis problemas de aprendizagem são criados ou intensificados pela carência de infraestrutura nas escolas. O comparativo das informações sobre falta de acompanhamento familiar e infraestrutura escolar levam a entender que ficou a cargo, quase que majoritariamente, da família compensar dificuldades, de modo especial, de aparato material – tecnológico ou não, advindas da demanda das aulas remotas.

Quanto ao questionário dos alunos, mesmo não sendo respondido pelos estudantes das séries iniciais, algumas informações podem auxiliar na discussão aqui proposta. No tocante ao dispositivo mais utilizado para acompanhar as aulas, o próprio celular ou aparelho de uso coletivo da família foram os mais citados, e a escala decrescente de utilização está associada à diminuição de escolaridade: entre aparelhos celulares e outros equipamentos digitais (computadores e tablets), não tiveram acesso a nenhum desses 12,8% no 5º ano e 6,3% no 9º ano do ensino fundamental e 4,8% no 3º ano do ensino médio. Nesse mesmo sentido, quanto menor a escolaridade, maior a dificuldade em acompanhar as aulas em tempo real ministrada pelo professor através de vídeos: nunca conseguiram assistir essas aulas, 40,8% no 5º ano e 29,1% no 9º ano do ensino fundamental e 14,5% no 3º ano do ensino médio. Seguindo essa linha de dados, se consultados, muito provavelmente, os alunos das séries de alfabetização teriam menos acesso e mais dificuldade para acompanhar as aulas (Vygotsky, 1984).

Contrariando os dados dos professores no que diz respeito à participação dos pais, os alunos, nos três anos escolares aqui apresentados, indicaram em mais de 70% que os pais incentivam sempre ou quase sempre os estudos e que cerca de 50% frequentam sempre ou quase sempre as reuniões escolares.

Diante de tudo isso, não será possível discutir caminhos para educação e melhoria do seu cenário sem considerar os efeitos da pandemia, não pelo menos nos próximos anos, porém focar nisso como justificativa para as deficiências do sistema não levará a amenização do quadro, haja vista que, mesmo antes dela, os resultados já eram preocupantes. Sendo assim, em vez de olhar para os dados e continuar repetindo os mesmos procedimentos, não seria mais efetivo rever as falhas das normativas e de concepção das políticas educacionais?

Algumas considerações

O contexto pandêmico trouxe à tona as dificuldades e as fragilidades enfrentadas no sistema educacional do país e a materialização dessa percepção sempre ganham mais notoriedade quando dados são divulgados, com ênfase para os de desempenho, oriundos de avaliações em larga escala. Todavia, considerar a difícil realidade da alfabetização para além dos anos de 2020 e 2021 ajuda a entender que o problema tem raízes mais profundas que se arrastam, sendo apenas intensificado pela suspensão das aulas presenciais. Isso pode ser comprovado através do comparativo de dados antes e durante a pandemia, 2019 e 2021, entre Saeb e Saese.

Para além do contexto pandêmico, mas sem deixar de dar a ele a devida consideração, parece ser mais produtivo dar mais visibilidade à situação normativa, aquela que orienta as avaliações e que, por conseguinte, reverberam nos resultados de desempenho e, posteriormente, nas políticas educacionais. Se a proposta do Saese, por exemplo, é compor o Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa, e esta política pública foi constituída por documentos normativos alvo de denúncia de contradição nas suas elaborações, é muito pouco provável que os objetivos e metas, como as previstas no PNE ou no próprio pacto do estado, sejam atingidos. Tal linha de raciocínio segue a premissa de que coletar dados a partir de avaliações de desempenho que tenham problema de concepção e de elaboração resulte em dados talvez enviesados e de possível interpretação equivocada.

O que se propõe com este estudo não é, unilateralmente, condenar a iniciativa de uma avaliação local, até porque, em fins de política pública avaliativa, dados podem ser comparados e isso é mais efetivo com diferentes fontes de coleta. No entanto, se as orientações consideradas no Saese também emergem da BNCC e as escalas de proficiência são, três das quatro provas, iguais à do Saeb, em que, efetivamente, a avaliação vai cumprir o propósito de realizar provas para obter resultados para o cálculo de índice de desempenho escolar e convertê-los em ações efetivas de melhoria do cenário da educação se ela parece apenas mais do mesmo?

Com essa indagação, para chegar a uma resposta mais concreta, o ideal é que mais estudos sobre alfabetização no sistema de avaliação sergipano sejam feitos, dado que seja um objeto de pesquisa ainda muito recente e que tem o propósito de aplicabilidade de ciclo trienal, ampliando a discussão para os outros anos do ensino fundamental e para o ano do ensino médio, além de considerar dados de pesquisas realizadas em outros estados que também fazem parte do sistema de colaboração Parc.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal.

Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial União*.

Dossena, G. A. (2022). *Prova Paraná Fluência 2019: reflexões e desdobramentos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

Fundação Cesgranrio. (2021). *Sistema de avaliação da educação básica de Sergipe*. Aracaju: o autor. Disponível em: <<https://saese.cesgranrio.org.br/>>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2021). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados*. Rio de Janeiro: o autor. Recuperado em 26 set. 2022 de <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2020). *Escalas de proficiência SAEB*. Brasília: o autor. Recuperado em 23 set. 2022 de https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/escala_de_proficiencia_do_saeb_ensino_fundamental.pdf

Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial União*.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial União*.

Marchelli, P. S. (2021). A BNCC e o currículo da educação infantil e do ensino fundamental em Sergipe. *Roteiro*, 46, 1-26. <https://doi.org/10.18593/r.v46i.23976>

Ministério da Educação - MEC. (2018). *Base nacional comum curricular*. Brasília: o autor.

Morais, A. G. (2020). Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. *Debates em Educação*, 12, 1-16. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v-12nEspp01-16>

Mortati, M. R. L. (2019). Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. *Revista Olhares*, 7(3), 17-51. <https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.9980>

Soares, M. (2017). *Alfabetização e letramento* (7a ed.). São Paulo: Contexto.

Vygotsky, L. S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Submetido em: setembro de 2022

Aceito em: novembro de 2022

Sobre a autora

Sammela Rejane de Jesus Andrade

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Letras também pela UFS. Interação e Sociedade – GELINS.

Email: sammela88@yahoo.com.br